

MICROSCOPIO

Evidente é o intuito obstrucionista da Ditadura: ela não quer eleições e, não as podendo evitar formalmente, quer ao menos invalidá-las nos seus atributos essenciais. Mas, por mais evidente que seja esta disposição, nunca será demais apontá-la à opinião pública, porque infinito é o numero dos ingênuos e não pequeno o dos que preferem deixar-se embaiar por cantigas, a encarar a dura realidade.

Assim, foi em fins de outubro do ano passado que o sr. Marcondes Filho revelou aos "trabalhadores do Brasil" a disposição, em que estava o sr. Getúlio Vargas, de buscar nas urnas a renovação de uma autoridade já de todo gasta por sete anos de poder discricionário. E foi sómente nos primeiros dias de março, quase cinco meses depois, que o governo nomeou uma comissão para elaborar uma nova lei eleitoral, como se o nosso Código não houvesse dado as melhores provas de si e não bastasse revigorá-lo, introduzindo-lhe, quando muito, uma ou outra modificação secundária, aconselhada pela experiência.

Por que tardou tantos meses o sr. Getúlio Vargas em nomear a comissão, se anunciada estava a sua intenção de convocar o povo a eleições? Porque o seu fito era, exclusivamente, ganhar tempo. Por que mandou fazer nova lei eleitoral, se já tínhamos uma de excelencia comprovada e bastava, para a revigorar, restaurar os órgãos suprimidos pelo golpe de Estado? Justamente por excelente ser a lei antiga e, tal sendo ela, não convir aos interesses da Ditadura.

Preparemo-nos, pois, para a nova lei eleitoral, que será mais uma expressão do espírito nihilista do sr. Getúlio Vargas; preparemo-nos para a burla do alistamento, que se há-de querer comprimir dentro de escasos sessenta dias, sob pretexto de recuperar os longos meses propositadamente perdidos; e preparemo-nos, sobretudo, para reclamar, para exigir, para impôr eleições honestas e verdadeiras.

RAUL PILLA

1.4.75